REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 0524/2026

Nos termos do disposto no inciso VI do art. 130 do Regimento Interno desta Casa, fui designado à relatoria do Projeto de Lei nº 0524/2026, de autoria do Deputado Sérgio Motta, por meio do qual se pretende declarar como de utilidade pública estadual a Associação Container Solidário, de Balneário Camboriú, alterando, para tanto, o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Examinando os autos, constatei a necessidade de complementação da documentação apresentada, a fim de possibilitar a adequada verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei nº 18.269, de 2021.

O referido dispositivo exige a apresentação de relatório de atividades detalhado mês a mês, demonstrando que a entidade promoveu, em benefício da comunidade, nos doze meses anteriores à formulação do pedido, uma ou mais atividades previstas no art. 2º da mencionada legislação.

No caso em exame, o relatório apresentado, datado de 17 de junho de 2026, contém informações consolidadas acerca dos atendimentos realizados, das doações efetuadas e dos serviços prestados pela associação, sem, contudo, discriminar as atividades efetivamente desenvolvidas em cada mês do período informado.

Ademais, o documento indica o intervalo de maio de 2025 a maio de 2026, sem delimitar expressamente os doze meses considerados, circunstância que também demanda esclarecimento para a adequada verificação do cumprimento da exigência legal.

Diante do exposto, com fundamento no inciso VI do art. 130 do Regimento Interno, **requeiro DILIGÊNCIA INTERNA ao Autor do Projeto de Lei nº 0524/2026**, para que providencie, junto à entidade interessada, **a apresentação de relatório circunstanciado de atividades, com discriminação detalhada, mês a mês,** das ações efetivamente desenvolvidas nos doze meses anteriores à formulação do pedido de declaração de utilidade pública estadual, esclarecendo expressamente o período de referência.

Após o cumprimento da diligência, solicito o retorno dos autos a esta Comissão de Constituição e Justiça para prosseguimento da análise de admissibilidade da proposição.

Sala das Comissões,

Deputado Rodrigo Minotto
Relator